OS FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO: uma análise comparativa entre a opinião de especialistas e a de Microempreendedores Individuais

Fabrizio Longuinhos Silva – fabriciolonguinhos@gmail.com

Instituto Federal da Bahia – IFBA

Marcelo Santana Silva – profmarceloifba@gmail.com

Instituto Federal da Bahia – IFBA

Eduardo Oliveira Teles – coteles@gmail.com

Instituto Federal da Bahia – IFBA

André Luis Rocha de Souza – andre_financas@yahoo.com.br

Instituto Federal da Bahia – IFBA

Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva - mvaluesca.ufba@gmail.com

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Eduardo Cardoso Garrido - eduardo.garrido@ba.sebrae.com.br

Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/BA

Resumo - O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre a opinião de especialistas do campo de pesquisa do empreendedorismo, com a opinião de Microempreendedores Individuais. Para isso foram realizadas uma pesquisa bibliográfica/documental, além de um estudo de caso, aplicado em uma loja colaborativa, situada na cidade de Salvador, Bahia. Os resultados apontam para uma convergência de opiniões nos 3 (três) principais fatores limitantes à abertura e manutenção de uma empresa no Brasil. Os desafios mais apontados pelos dois atores estudados foram a falta de políticas públicas, o pouco apoio financeiro e o baixo acesso à capacitações profissionais. Percebeu-se que, apesar do esforço do setor público na criação de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, a sua implantação e acompanhamento precisam se tornar realidade, principalmente para os que possuem menor acesso à recursos e que, geralmente, se formalizam através do Programa Microempreendedor Individual.

Palavras-chave: fatores limitantes; microempreendedores individuais; tipos de inovação.

Abstract - This paper aims to perform a comparative analysis between the opinion of experts from the entrepreneurship research field, with the opinion of Individual Microentrepreneurs. For this, a bibliographic / documentary research was carried out, as well as a case study, applied in a collaborative store, located in Salvador, Bahia. The results point to a convergence of opinions in the three (3) main factors limiting the opening and maintenance of a company in Brazil. The challenges most pointed out by the two actors studied were the lack of public policies, poor financial support and poor access to professional training. Despite the efforts made by the public sector in the creation of public policies aimed at entrepreneurship, their implementation and follow-up need to become a reality, especially for those who have less access to resources and who usually formalize themselves through the Micro-Entrepreneur Program. Individual.

Keywords: limiting factors; individual microentrepreneurs; types of innovation.

1. INTRODUÇÃO

A economia mundial está interligada em escala global e como consequência disso, ocorrem profundas transformações que remodelam a maneira pela qual a sociedade produz riqueza ao longo do tempo. Das formas mais primárias de organização da produção de bens e serviços, até os dias de hoje, o ser humano tem aprimorado técnicas para melhorar o sistema produtivo, desde o aprofundamento em pesquisas, até melhorias em tecnologias que maximizam os processos internos e de logísticas das empresas.

Vale lembrar que, “a história da humanidade pode ser contada, e confundida, com a história das inovações criadas pelo homem” (CNI, 2010). Em outras palavras, a história das civilizações é narrada em

paralelo com as grandes descobertas e inovações conquistadas, graças à criatividade e ao intelecto humano. Nota-se que, as indústrias foram uma das grandes responsáveis em potencializar o artifício da criação, possuindo papel relevante na geração de riquezas, em fases distintas, denominadas de Revoluções Industriais.

De acordo com Pereira e Simonetto (2018), vivemos a quarta revolução industrial, que vem sendo chamada de Indústria 4.0 e, pela primeira vez, a investigação precede a sua efetiva materialização, ou mesmo, ocorre simultaneamente ao seu processo de implantação. Para estes autores, trata-se de uma revolução baseada na inclusão de tecnologias, como os Sistemas *Ciber-Físicos* e a Internet das Coisas nos processos produtivos, possibilitando uma maior autonomia na tomada de decisões e maior transparência nas relações entre humanos e máquinas.

Atualmente, percebe-se que o acesso à informação e a habilidade em transformá-la em inovação, ganharam espaço fundamental neste processo de geração de riquezas. O direito de exclusividade na propriedade física, que garantiu motivação para inovações desde os tempos mais remotos das organizações produtivas, dá lugar ao direito à Propriedade Intelectual (PI), como ativo de grande valor. Entende-se como PI, todos os direitos inerentes à atividade intelectual, podendo envolver os campos da indústria, ciência, literatura e artes (CNI, 2017).

Neste sentido, o cognitivo é o pilar da PI e da economia moderna. As inovações derivam de atividades baseadas no conhecimento, que envolvem, na prática, a aplicação de informações e conhecimentos existentes ou recém-desenvolvidos (MANUAL DE OSLO, 2018). É neste cenário que despontam novas oportunidades de negócios, onde o aplicador do conhecimento tem papel relevante na maneira de se produzir riquezas.

Nesta realidade, o empreendedor é participante crucial no processo de produção de riquezas. Dotado de comportamentos específicos, é ele quem muda/inaugura realidades, inserindo no corpo social, novos ou melhorados produtos, serviços e informações, que contribuem para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico da humanidade. Um componente típico de todo empreendedor, é a sua necessidade constante de inovar. Usar a criatividade para gerar rendas, através da invenção ou reestruturação de processos de produção.

Um ator importante neste cenário, no Brasil, é o Microempreendedor Individual (MEI), instituído pela Lei Complementar nº 128 de 2008. Pessoas que se enquadram neste tipo de formalização, possuem características peculiares, mas sofrem com as mesmas dificuldades para abertura e manutenção do seu negócio, como todos os outros pequenos empreendedores brasileiros.

Seguindo esta linha de raciocínio, o objetivo geral deste artigo foi o de realizar uma análise comparativa, sobre os fatores limitantes aos empreendedores, segundo especialistas, com os fatores limitantes, de acordo com os MEIs. Buscou-se, assim, responder à seguinte questão: Quais os principais fatores limitantes à atividade empreendedora, de consenso entre especialistas da área e Microempreendedores Individuais? Foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa, executada em duas fases distintas. Na primeira fase, houve o estudo e análise de livros, artigos científicos, bases oficiais de dados estatísticos, manuais e guias, que tratassem do tema, em partes ou no documento em geral. A implantação desta metodologia possibilitou a geração de informações, que puderam ser analisadas através da proposta de análise entre a opinião de pessoas que estudam o campo do empreendedorismo, com quem de fato abre e mantém uma empresa no Brasil.

O estudo de caso, ocorreu em um loja colaborativa, chamada de Gambiarra – Espaço Criativo e Coletivo, situada na Barra, na cidade de Salvador/Bahia. Esta empresa, abarca atualmente, 37 Microempreendedores Individuais, distribuídos, notadamente, nos ramos de artesanato, decoração de ambientes, moda e alimentação. É uma estrutura que se encaixa no conceito de economia criativa e colaborativa, pois, apesar de possuir sócios-proprietários, todos os expositores são convidados a participarem de atividades que buscam promover, tanto a loja, quando cada marca exposta nela.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O visionário Peter Drucker observou o que aconteceria em uma economia fomentada pelo empreendedorismo e em constante movimento em direção às inovações, cujo principal insumo seria a informação:

O trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje serem capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente [...]. Empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É uma prática. (DRUKER, 1974, p. 25).

Para Pimentel (2012), importantes mudanças começaram a ocorrer, no cenário dos pequenos negócios brasileiros, quando da aprovação do Estatuto das Microempresas, em 2006, que já havia instituído uma série de benefícios para os pequenos empresários.

Com o advento dessa nova lei, surgiu uma grande oportunidade de regularização de milhares de profissionais que hoje atuam na informalidade e o conseqüente aumento da arrecadação, e também deve implicar numa maior profissionalização desses empreendedores, que precisarão controlar melhor suas contas para medir a rentabilidade, a viabilidade e a continuidade do seu pequeno negócio (SANTOS; FREITAS, 2012 apud OLIVEIRA; FORTE, 2014, p. 32).

Na visão de Lopes (2012), tal arcabouço regulatório, concede aos autônomos, como a costureira, manicure, professores particulares, dentre outros, a devida formalidade, necessária ao exercício da cidadania empresarial e a garantia dos direitos estabelecidos por legislação específica. Pacobahyba (2011) explana que, em plena consonância com as recentes transformações da sociedade, proporcionadas pela tecnologia, o MEI conta com uma importante ferramenta na rede mundial de computadores (o Portal do Empreendedor), a fim de obter esclarecimentos sobre os benefícios, direitos, obrigações e orientações gerais da formalização.

Dados publicados no sítio oficial, demonstram a grandeza dessa classe de empresários, que emerge com a regulamentação do tratamento diferenciado e favorecido. Sendo assim, é possível afirmar que um dos propósitos da implantação da figura jurídica do Microempreendedor Individual é o aspecto socioeconômico, que se apresenta nos benefícios estabelecidos pela lei nº 128/2008 (FERNANDES; MACIEL; MACIEL, 2012).

Ainda no que tange aos Microempreendedores Individuais, perfil central de estudo deste trabalho, as estatísticas disponibilizadas pelo Portal do Empreendedor demonstram números consideráveis de crescimento no cadastro. Em 31 de dezembro de 2009, ano de lançamento do programa, o número de cadastros acumulados de MEI era de 0,67% (44.188 inscritos) do total de cadastros realizados até 31 de maio de 2018 (6.944.065 inscritos). Percebe-se um crescimento considerável de empresários inscritos nesta forma de empreendimento.

Nota-se, no entanto, de acordo com as estatísticas do Portal do Empreendedor (2018), que a linha de tendência de crescimento no número de registros acumulados de Microempreendedores Individuais, foi levemente desacelerada entre os anos de 2016 e 2017. De acordo levantamento de dados feito pelo SINAC – Sistema de Dados do Simples Nacional, entre os anos de 2016 e 2017, analisa-se que o maior motivo da diminuição no número de registros de MEI acumulados, foi a baixa por débitos dos mesmos com o fisco. Foram 60.043 CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) baixados por este motivo. No entanto, vale frisar, que ainda antes do final do primeiro semestre do ano de 2018, houve uma recuperação na tendência de crescimento do número destes empreendedores (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2018, *online*).

Em todos os estados da federação o motivo ‘débito’ foi o principal causador da exclusão do registro de Microempreendedores Individuais. Para o ano de 2016 e 2017, ficaram de fora apenas o Amapá e Piauí, cujo principal motivo das baixas foi a falta das inscrições estadual e municipal dos MEIs (SINAC, 2018).

Em se tratando de peculiaridades regionais, cabe uma comparação relevante aqui: a quantidade de MEIs formalizados em cada estado. De acordo com o (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2018, *online*),

quando se compara o ano de 2010 (primeiro ciclo que compreendeu estatísticas dos doze meses do ano e que incluiu todos os estados da federação), com os dados 2018, os maiores destaques no crescimento da participação nacional foram São Paulo e Minas Gerais que, de acordo com dados levantados, passaram de 20,25% para 26,06% e de 9,42% para 11,55%, respectivamente. Os destaques para a diminuição na participação de MEI acumulados, são os estados da Bahia e Rio de Janeiro. Até a data de 31 de maio de 2018, a participação da Bahia no cenário nacional de cadastros de Microempreendedores Individuais caiu de 9,59% para 5,55%, e o Rio de Janeiro registrou uma queda de 13,64% para 11,54%.

Verificou-se, neste sentido, que a Bahia, local escolhido para a realização do estudo de caso desta pesquisa, saiu do 3º lugar, para o 6º lugar no *ranking* de Microempreendedores Individuais acumulados, em um período de 7 anos e 5 meses (janeiro de 2010 a maio de 2018).

A Lei 128/2008 surgiu, atenta à realidade financeira das pessoas que se enquadravam no perfil de trabalhadores informais, que produzem por conta própria, quando isentou os mesmo de uma série de impostos e demais contribuições:

Os MEI são isentos de alguns impostos: Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa Social sobre o Lucro Líquido (PIS), Contribuição Social (COFINS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculado ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo e demais contribuições instituídas pela União (ARRUDA, 2017).

De acordo com Souza (2017), este tratamento tributário especial se deve às características específicas deste público.

Em contrapartida, o Microempreendedor Individual é obrigado a pagar um valor fixo, ficando sujeito a valores simbólicos de impostos como: IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social) (GONDIM et al 2017).

As atividades permitidas ao enquadramento no Programa Microempreendedor Individual estão contidas na Resolução nº 94 de 2011 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) e, conforme o PORTAL DO EMPREENDEDOR (2018), somam 490 CNAES (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Em 13 de junho de 2017, a Resolução Nº 137/2017, do CGSN, excluiu da lista de atividade permitidas, Arquivista de Documentos, Contador/Técnico Contábil e *Personal Trainer*.

Em suma, ser um MEI traz consigo uma série de vantagens que não apenas darão visibilidade ao negócio, como também o tornará muito mais rentável e seguro. Pode-se afirmar que na condição de microempreendedor, o empregador, antes na informalidade, passará a ter existência jurídica, sendo reconhecido como tal, afinal terá CNPJ, acesso a produtos e serviços bancários como crédito, baixo custo dos tributos, além de direitos e benefícios previdenciários especiais.

Ocorre que, apesar da criação de políticas públicas, os empreendedores brasileiros ainda convivem com grandes desafios. O GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), anos 2016 e 2017 “ouviu” especialistas a respeito das limitações enfrentadas por estes pequenos empresários. Na edição 2016 percebeu-se um detalhamento dos fatores limitantes, enquanto a edição 2017, tratou dos temas de maneira mais generalizada, contudo, abarcando todos os pontos citados na edição do ano anterior.

Os especialistas do SEBRAE (2016) elencaram os mesmos fatores limitantes para abertura e manutenção de uma empresa no Brasil, quais sejam:

- (1) Políticas Governamentais.
- (2) Apoio Financeiro.
- (3) Educação e Capacitação.
- (4) Características da Força de Trabalho.

- (5) Normas Culturais e Sociais.
- (6) Clima Econômico.
- (7) Pesquisa e Desenvolvimento.
- (8) Acesso à Infraestrutura Física.
- (9) Capacidade Empreendedora.
- (10) Custos do Trabalho, Acesso e Regulamentação.
- (11) Contexto Político, Institucional e Social.
- (12) Programas Governamentais.
- (13) Infraestrutura Comercial e Profissional.
- (14) Informações.
- (15) Diferenças devido ao porte da Empresa.
- (16) Abertura de Mercado/Barreiras a Entrada.
- (17) Corrupção.

De acordo com Santos (2018), Políticas Públicas, Capital Financeiro e Cultura podem influenciar o comportamento dos empreendedores, notadamente, na dimensão 'Tomada de Decisão', que abrange cognição, emoção e motivação destes empreendedores. Para Hendges (2018), no caso específico do Microempreendedor Individual, a política governamental visa alcançar um desenvolvimento social deste público, através da inclusão tributária, previdenciária e social. A sua viabilidade se apresenta quando há um projeto definido, mobilização de recursos orçamentários, humanos, informacionais, legais e logísticos (FONSECA, 2013). Para os empreendedores, ressalta Nogami, Medeiros & Da Silva (2014), os governos incentivam novos negócios por meio de políticas voltadas ao empreendedorismo. Neste sentido, os autores citam como ações destas políticas: mudanças nas leis, instituições e o auxílio à gestão do empreendimento.

Cabe ressaltar a implantação do Microempreendedor Individual, como um esforço de programa governamental, para buscar facilitar a inclusão produtiva e social, amparada pelo estado. Soma-se, para este público, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, é o parceiro oficial, no que se refere a aportes financeiros (PORTAL DO EMPREENDEDOR; 2018). Mas vale lembrar que para 45% dos especialistas, o crédito e o meio de se conseguir este crédito, devem ser mais facilitados do que o que já existe de disponível atualmente (GEM, 2016).

3. METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho, as atividades de levantamento de informações foram estruturadas em três métodos de procedimento: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa estudo de caso. A pesquisa foi descritiva e quali-qualitativa e um estudo de caso indutivo, descritivo e quali-qualitativo.

Em um primeiro momento, ocorreu uma pesquisa bibliográfica e documental que buscou contextualizar o empreendedorismo no Brasil e no mundo, a figura jurídica do MEI, bem como levantar os fatores limitantes à abertura e manutenção de uma empresa no Brasil. O método científico de abordagem nessa fase foi dedutivo, partindo-se da realidade geral, disponibilizada nos artigos científicos, relatórios técnicos, manuais e base de dados estatísticos oficiais. Nessa parte da pesquisa as variáveis estudadas foram: 'Empreendedores e Microempreendedores Individuais', e 'Limitações aos Empreendedores'.

No quantitativo de 33 artigos e outros 18 trabalhos, entre teses e dissertações utilizadas para a pesquisa bibliográfica, todos trouxeram pontos essenciais para a fundamentação teórica e contextualização do tema. Somam-se aos resultados abaixo, mais 21 documentos, sendo 03 Relatórios Técnicos e 18 planilhas com dados estatísticos, retiradas do Portal do Empreendedor.

O estudo de caso foi indutivo, descritivo e quali-qualitativo com os Microempreendedores Individuais, expositores da loja Gambiarra – Espaço Criativo e Coletivo, situada na cidade de Salvador, Bahia. A pesquisa estudo de caso é definida por Gil (1990) como método que permite o estudo mais aprofundado de um ou poucos objetos que, para o autor, seria uma tarefa praticamente impossível ao utilizar-se de outros métodos.

Os métodos de coleta de dados no estudo de caso foram treinamentos *in-loco* em grupos, consultorias individuais com os microempreendedores, bem como a aplicação de questionários para delineamento de perfis, expectativas e comportamentos na condução das empresas dos entrevistados. O questionário para o estudo de caso focou no seguinte indicador: (1) grau de importância que os MEIs dão para os fatores limitantes, pontuados pelos especialistas pesquisados pelo SEBRAE no GEM 2016. Essa ferramenta contou com uma tabela contendo os fatores limitantes, listados pelos especialistas, em linguagem menos técnica. Esta tabela foi estruturada na escala Likert.

Alexandre et. al. (2003) argumenta que são utilizadas na escala de Likert quatro ou cinco categorias ordinais como, por exemplo, 0- nada importante, 1- pouco importante, 2- importante e 3- muito importante, ou, 0- muito baixo, 1- baixo, 2- médio, 3- alto e 4- muito alto. Outra situação em que se pode utilizar essa escala, de acordo com estes autores, é o questionamento que exige respostas como 0-discordo totalmente, 1-discordo, 2- nem concordo e nem discordo, 3- concordo e 4- concordo.

Para a tabela em questão, foi utilizada a escala Likert de 5 pontos, onde 1 (não é importante), 2 (pouco importante), 3 (indiferente), 4 (importante) e 5 (muito importante). O método de abordagem nessa fase foi o indutivo, partindo-se da análise particular para a análise geral. Consideraram-se como respostas com boas notas todas aquelas em que, somados os pontos “importante” e “muito importante” superaram 50,0% das respostas para aquele item. E considerou-se pontuação baixa aquela situação em que a soma dos itens “não é importante” e “pouco importante” resultaram em mais de 50,0% das respostas daquele item.

Foram 5 (cinco) meses de encontros com os parceiros que compõe a loja atualmente. Em cada visita do autor desse Programa de Mídia à Loja objeto do estudo foram utilizados três turnos de trabalho. As respostas originadas dos encontros, observações, treinamentos, consultorias e aplicação dos questionários, que compuseram o trabalho de estudo de caso, foram, portanto, equiparadas às respostas dadas pelos especialistas no GEM 2016.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que a maioria dos MEIs, sediados na loja local dessa análise, tende a exercerem atividades voltadas ao artesanato, moda e alimentação. Estes microempreendedores não possuem muito tempo de mercado. Verificou-se, no levantamento de dados, que a maioria está há menos de 2 (dois) anos exercendo a sua atividade atual como empreendedor. As informações auferidas trazem números da ordem de 29,0% dos entrevistados possuírem menos de 01 (um) ano de mercado, e 51,6%, entre 01 (um) e 2 (dois) anos.

Uma informação interessante, associada a este dado, é que muitos problemas apresentados são inéditos na história profissional desses empreendedores. Ou seja, desafios comuns a empresários mais experientes estão ocorrendo justamente nessa fase de pouco tempo de mercado dessas empresas.

A identificação do empreendedor quanto ao seu faturamento foi preservada a pedido dos mesmos. Contudo, a pesquisa demonstrou que a maior parte deles possuem faturamento mensal menor que R\$ 3.000,00 (90,3%). Percebeu-se, também, que há uma falta de organização financeira que possa expor mais claramente a real situação de cada negócio parceiro do Gambiarra. Essa falha na gestão financeira dos negócios pode ser, em parte, resultado da pouca prática com as ferramentas de gestão por parte dos microempresários.

Conhecido o perfil dos MEIs entrevistados, cabe o cruzamento de dois dados importantes aqui. Os fatores limitantes à abertura e manutenção de empresas no Brasil, de acordo com especialistas, confrontados com a importância dada, pelos MEIs, para cada um destes fatores citados na pesquisa GEM 2016.

Conforme verificado na pesquisa, existem 17 principais fatores limitantes listados pelos especialistas, entrevistados pelo SEBRAE. Esses limitantes são considerados para todos os empreendedores, sejam nascentes ou já consolidados, por necessidade ou por oportunidade e, ainda, pequenos ou grandes. Vale salientar que, de acordo com o GEM (2016), desse quantitativo total, 3 (três) se destacam para os entrevistados. São eles: a falta de políticas públicas, voltadas aos empreendedores, pouco apoio financeiro e pouco acesso capacitações profissionais.

No que tange os Microempreendedores Individuais, os seus fatores limitantes podem ir ao encontro de muitos fatores limitantes considerados para outras classificações de empresários no Brasil. Daí a necessidade de se comparar o que pensam os MEIs em relação ao que limita à sua atividade com o que é apresentado pelo SEBRAE através do GEM.

A primeira análise a ser feita é: qual a importância dada, pelos MEIs, aos fatores limitantes delineados pelos especialistas para todos os empreendedores brasileiros? O resultado auferido no estudo de caso apresenta similaridades e divergências pontuais entre as duas pesquisas (GEM 2016 e estudo de caso desse trabalho), conforme verifica-se na tabela comparativa abaixo preenchida com os termos perguntados aos MEIs:

TABELA I
NOTAS PARA OS FATORES LIMITANTES – ESPECIALISTAS E MEIs

FATORES LIMITANTES	PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS (%)					
	ESPECIALISTAS	NOTAS DADAS PELOS MEIs				
		1	2	3	4	5
Falta de políticas por parte do governo	77,4	3,2	0,0	9,7	22,6	64,5
Falta de apoio financeiro	31,2	0,0	3,2	9,7	29,0	58,0
Pouco acesso à educação e capacitação	31,2	6,4	0,0	3,2	29,0	61,3
Tenho disponibilidade de outras rendas	17,2	6,4	6,4	32,2	48,4	3,2
Não tenho o perfil de empreendedor	16,1	3,2	9,7	61,3	16,1	9,7
Clima econômico desfavorável	9,7	3,2	16,1	51,6	12,9	12,9
Não realizo pesquisas para desenvolver meus produtos	9,7	6,4	35,5	32,2	16,1	9,7
Não tenho acesso à infraestrutura física favorável	7,5	9,7	29,0	38,7	19,3	3,2
Não fui educado para ser dono de empresa	7,5	9,7	32,2	48,4	9,7	0,0
Os custos de contratar alguém são altos	7,5	12,9	4,9	25,8	16,1	3,2
Entendo pouco sobre as Leis de empresas	6,5	12,9	29,0	35,5	19,3	3,2
O cenário político e as instituições públicas não ajudam	6,5	9,7	38,7	29,0	19,3	0,0
Os custos de ter infraestrutura comercial são altos	5,4	6,4	32,2	38,7	16,1	6,4
Falta de Informações sobre gestão e mercado	4,3	12,9	32,2	29,0	16,1	6,4
Há menos atenção da sociedade para as microempresas	3,2	9,7	35,5	38,7	6,4	9,7
Acho que é difícil importar ou exportar	2,2	6,4	32,2	51,6	9,7	0,0
A corrupção atrapalha meu negócio	2,2	6,4	35,5	38,7	12,9	9,7

Fonte: GEM 2016 e Estudo de Caso deste projeto.

De acordo com a escala Likert, nota-se uma similaridade nos três primeiros itens da tabela, ou seja, falta de políticas por parte do governo, pouco apoio financeiro e pouco acesso à educação e capacitação são os fatores limitantes mais importantes tanto para os especialistas quanto para os MEIs. Relevante também é a pontuação dada a rendas extras pelos MEIs. Para todos os outros itens percebe-se que a maior pontuação ficou entre ‘não é importante’, ‘pouco importante’ e ‘indiferente’.

A falta de políticas públicas foi citada em 77,4% das repostas dos especialistas. Para os MEIs, esse item pontua também com alto valor de 87,1%, quando somadas as respostas ‘importante’ e ‘muito importante’. O que se percebe, como um dos resultados do estudo de caso, é que apenas a legislação que possibilite uma formalização mais “benevolente” não é suficiente enquanto política pública. Outros programas que facilitem a inserção dessas pessoas, de forma competitiva no mercado, se fazem prementes de acordo com alguns depoimentos dos próprios MEIs.

Não obstante, aliada à falta de políticas públicas está a falta de apoio financeiro para os MEIs. Conforme tabulação, esse item foi considerado por 87,0%, dos entrevistados, número praticamente igual à falta de políticas públicas. Interessante notar que, para pessoas que estudam o mercado e participam ativamente do movimento de empreendedorismo, a falta de apoio financeiro não é um problema tão grande quanto à falta de apoio do estado. Nota-se na, que os especialistas pontuaram esse item em 31,2% das repostas.

Igualmente, menos importante para os especialistas, que a falta de políticas públicas direcionadas aos empreendedores, está o pouco acesso à educação e capacitações profissionais. Com a mesma participação nas respostas, divulgadas no GEM 2016, este item foi considerado por 31,2% dos pesquisados pelo SEBRAE. Já para 90,3% dos microempreendedores, participantes do estudo de caso, o pouco acesso à educação e capacitação profissionais, é importante ou muito importante. Este número supera a falta de políticas públicas, pontuada pelos próprios MEIs.

Fora os três primeiros itens analisados acima, cabe ainda um destaque em relação às respostas dos MEIs, no que se refere a ter a disponibilidade de outras rendas. Ter outras rendas não limita tanto as atividades destinadas ao empreendimento. Para 17,2% desses observadores da área do empreendedorismo, esse item pode representar alguma barreira à abertura e manutenção de um negócio no Brasil.

Os microempreendedores, no entanto, consideram importante (48,4%) o fato de ter uma renda extra, um impeditivo para a dedicação total à atividade do negócio que alguém possua ou venha a possuir. Interessante ressaltar que, conforme levantado nas consultorias individuais, existem sim outras atividades ocorrendo em paralelo às atividades das empresas dos pesquisados. Isso tem como consequência a recorrente reclamação da falta de tempo para tocar o negócio.

5. CONCLUSÃO

Percebe-se que é de concordância entre quem estuda o mercado e quem faz o mercado o fato de que existem, ainda, poucas políticas públicas efetivadas no que se refere ao empreendedorismo. Mesmo que já haja um arcabouço considerável de regulamentações, na prática essa legislação ainda tem muito que avançar para que os empreendedores, principalmente os menores, possam se tornar verdadeiramente competitivos no mercado.

Outra questão a ser considerada é o fato de que, para os especialistas da área de empreendedorismo, a falta de apoio financeiro não seja um impeditivo tão contundente quanto à falta de políticas públicas. Já para os empreendedores, essa falta de recursos financeiros é tão problemática para seus negócios quanto à falta de políticas públicas.

O mesmo acontece quanto à opinião sobre o fator capacitação profissional. Para os empreendedores existe um pouco acesso à capacitações profissionais e já para os especialistas, apesar de ser considerado um fato relevante, não é tão gritante quanto à falta de políticas públicas.

Fica patente que, para pessoas que estudam empreendedorismo, o grande entrave está concentrado na criação e aplicação de políticas públicas para o pequeno empresário. Já para quem pratica o empreendedorismo, abrindo e mantendo empresas no Brasil, os fatores limitantes se expandem. É notório como a legislação brasileira tem evoluído em se tratando de regulamentações para a atividade produtiva do empreendedor, mas é visível, também, que muito ainda precisa ser feito para que as políticas públicas possam favorecer aos que possuem menos recursos e formação profissional. Soma-se a este item a necessidade de se aplicar a legislação, bem como fiscalizar e avaliar os seus impactos nestes pequenos negócios.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Valdivanda Carneiro. **Da Informalidade ao Microempreendedor Individual (MEI):** Uma revisão sistemática. 2017. 31 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/search?q=arruda,%202017> . Acesso em: 04 Jul 2018.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Cartilha: **Gestão da inovação**. SEBRAE: Brasília, 2010.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Cartilha: **PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**. Brasília, 2017.
- DRUCKER, Peter F. **Management Tasks Responsibilities Practices**. Editora Harper & Row, 1974.

- FERNANDES, Jean Carlos; MACIEL, Luciana Botelho; MACIEL, Henrique Matheus Mariani. **Microempreendedor Individual (MEI): vantagens e desvantagens do novo sistema**. 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf> . Acesso em: 5 Mar 2018.
- FONSECA, Francisco. **Dimensões críticas das políticas públicas**. Cadernos EBAPE. BR, v. 11, n. 3, p.402-418, 2013. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/8862> . Acesso em Jun 2018.
- GEM – Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil** – 2016. Curitiba: IBQP, 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- GODIN, Mireille D.. ROSA, Maycon P.. PIMENTA, Márcio M.. **Crise versus Empreendedorismo: Microempreendedor Individual (MEI) como Alternativa para o Desemprego na Região Petrolífera da Bacia de Campos e Regiões Circunvizinhas**. Revista Pensar Contábil: Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3274/2541> . Acesso em: 09 set 2018.
- HENDGES, Reinaldo Afonso Rockenbach. **A inclusão social do microempreendedor individual**. 2018.87 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000011/00001150.pdf> . Acesso em 12 Nov 2018.
- LOPES, Filipe Charone Tavares. **Análise da Figura do Microempreendedor Individual (MEI) nas Leis Complementares nº. 123/06 e 128/08**. Revista Contábil & Jurídica, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14533/analise-da-figura-do-microempreendedor-individual-mei-nas-leis-complementares-n-123-06-e-128-08> . Acesso em: 12 Ago 2018.
- NOGAMI, Vitor Koki da Costa; MEDEIROS, Juliana; FAIA, Valter da Silva. Análise da evolução da atividade empreendedora no Brasil de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) entre os anos de 2000 e 2013. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 3, n. 3, p. 31-76, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34577/analise-da-evolucao-da-atividade-empreededora> . Acesso em: 18 Nov 2018.
- OECD/Eurostat (2018), Oslo Manual 2018: **Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation**. 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD Publishing, Paris/Eurostat, Luxembourg. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264304604-en> . Acesso em: 18 Set 2018.
- OLIVEIRA, Oderlene Vieira de. FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. Microempreendedor individual: Fatores da informalidade. **Revista científica da Escola de Gestão e Negócios Connexio**, v.4, ano 4, p.27-42, jun., 2014. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/800> . Acesso em 12 Ago 2018.
- PACOBAYHA, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro. **O Microempreendedor Individual como Expressão da Extra fiscalidade no Direito Tributário Nacional**. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional)-Universidade de Fortaleza. Fortaleza: UNIFOR, 2011. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=87362> . Acesso em: 12 Dez 2018.
- PEREIRA, Adriano; SIMONETTO, Eugênio de Oliveira. Indústria 4.0: Conceitos e perspectivas para o Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, vol. 16, n. 1, p.02-09, jul.2018. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/4938> . Acesso em 05 Dez 2018.
- PIMENTEL, José. **Novo Estatuto beneficia empreendedores**. Você Empreendedor. Fortaleza-Diário do Nordeste, 26 de junho de 2012.
- SANTOS, David Ferreira Lopes; BASSO, Leonardo Ferreira Cruz; KIMURA, Herbert. A estrutura da capacidade de inovar das empresas brasileiras: uma proposta de construto. **Revista de Administração e Inovação**, vol.9, n.3, p.103-128, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/32781/o-recurso-inovacao-e-o-desempenho-financeiro-da---> . Acesso em: 13 de Dez 2018.

SANTOS, Diego Alex Gazaro dos. **A INFLUÊNCIA DO ECOSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO NO COMPORTAMENTO DOS EMPREENDEDORES.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Administração. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168932> . Acesso em 26 ago 2019.

SEBRAE. **Portal do Empreendedor.** Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>, Acesso em 02 jun 2018.

SINAC. **Sistema de Dados do Simples Nacional.** Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes/atbhe/estatisticassinac.app/default.aspx>. Acesso em: 10 Set 2018.

SOUZA, Liana Maria Machado de. **A política tributária do microempreendedor individual (MEI) como política pública de inclusão social e previdenciária.** 2017. 142fs. Dissertação (Mestrado profissional). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://woese.com/storage/documents/bcdbcce4b402ea5146affb8518df8aa036e73e7b.pdf> . Acesso em 12 Nov 2018.